



Ata nº 025 da Sessão Ordinária nº 025, de
15 de abril de 2014.

Às nove horas do dia quinze de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA**, **ANTÔNIO JOSÉ**, **SÉRGIO LEÃO** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0464/2014; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **CEZAR COLARES** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 012/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 280012005-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Álvaro Aires da Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimento e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-17.668,44 (dezessete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), referente ao pagamento indevido de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito; 1.2 - R\$-611,05 (seiscentos e onze reais e cinco centavos), referente ao pagamento indevido de multa por emissão de cheque sem fundo; 1.3 – R\$ 17.635,00 (dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º e 3º quadrimestres. II - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, Balanço Geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a pagamento indevido de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito e despesas realizadas com processos licitatórios irregulares; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"*. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão



de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-17.668,44 (dezesete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), referente ao pagamento indevido de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito; 1.2 - R\$-611,05 (seiscentos e onze reais e cinco centavos), referente ao pagamento indevido de multa por emissão de cheque sem fundo; 1.3 - R\$-17.635,00 (dezesete mil, seiscentos e trinta e cinco reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º e 3º quadrimestres; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa nos seguintes valores: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, Balanço Geral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2- R\$-20.000,00 (vinte mil reais), com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referente ao pagamento indevido de subsídios ao Prefeito e vice-Prefeito e despesas realizadas com processos licitatórios irregulares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 490012007-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 30022010-00; Câmara Municipal de Afuá; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Edna Maria Bezerra Ferreira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 70022010-00; Câmara Municipal de Anajás; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Osélio Cavalcante; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 400022010-00; Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Amarildo Gonçalves Pinheiro; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 282212005-00; Fundo Municipal de Saúde de Curralinho; Prestação de Contas – 2005 - Anuais de Gestão; Responsável: Haroldo Gonçalves da Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Curralinho, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Haroldo Gonçalves da Costa, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, ao FUMREAP, multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 57 da Lei*”



79 *Complementar Estadual nº 084/20122, pelas contas irregulares em função das despesas realizadas sem*
80 *processos licitatórios. Deve, ainda, o Ordenador recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, aos Cofres Municipais, o*
81 *valor de R\$-2.843,42 (dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), lançado a sua*
82 *responsabilidade, em função das divergências na execução financeira; com encaminhamento de cópia dos*
83 *autos ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio
84 Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira
85 Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
86 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do
87 Fundo Municipal de Saúde de Curralinho, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Haroldo
88 Gonçalves da Costa que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, aos Cofres Municipais, o valor
89 de R\$-2.843,42 (dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), em função
90 de divergências na execução financeira; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público
91 Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 57
92 da Lei Complementar Estadual nº 084/20122, pelas contas irregulares em função das despesas
93 realizadas sem processos licitatórios. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa
94 ao FUMREAP. **Processo nº 452122005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
95 **Melgaço;** Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Dulcirema Seraf Pacheco; Instrução:
96 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel
97 Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
98 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com
99 ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
100 **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de
101 Melgaço, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Dulcirema Seraf Pacheco, em favor da qual deverá ser
102 expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Fundo de
103 Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará -
104 FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2008): 1 - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a título de multa, com base no art.
105 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º
106 quadrimestre". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro
107 substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia
108 acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:**
109 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do
110 Fundo Municipal de Assistência Social de Melgaço, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra.
111 Dulcirema Seraf Pacheco, **por maioria**, com o recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias ao
112 FUMREAP, do valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV do
113 Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º
114 quadrimestre. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo**
115 **nº 492022007-00; Fundo Municipal de Saúde de Muaná;** Prestação de Contas – Exercício
116 2007; Responsável: José Carlos Machado de Carvalho - Secretário; Instrução: 5ª Controladoria;
117 Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
118 **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 492212007-**
119 **00; FUNDEB de Muaná;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Martins



Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 33982010-00; Fundo Municipal de Saúde de Afuá;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Ana Cláudia Lima de Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 72022010-00; Fundo Municipal de Saúde de Anajás;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Dilma da Silva Soares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 583912010-00; Fundo Municipal de Educação de Portel;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Rosângela Maria de Souza Fialho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 672792011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Jorge Alves Felipe; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 432302011-00; Fundo Municipal de Educação de Maracanã;** Prestação de Contas – 2011 - Anuais de Gestão; Responsável: Gerson Gomes Pinheiro; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Maracanã, exercício de 2011, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), prevista no art. 120-A, do RI/TCM, pelo descumprimento do art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/00, após o que será emitido o respectivo Alvará de Quitação, no montante de R\$-31.932.984,25 (trinta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos). **Processo nº 953362009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Medicilândia;** Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável: Lúcia Diva Dias Muller; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Medicilândia, exercício de 2009, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.154.370,28 (hum milhão, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta reais e vinte e oito centavos). **Processo nº 353502003-00; Fundo**



Municipal de Assistência Social de Irituia; Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Wanderléa de Nazaré B. Ferreira (01/01 a 30.04/2003) e Maria do Socorro Pontes (01/05 a 31/12/2003); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo de Assistência Social do Município de Irituia, exercício de 2003, de responsabilidade das Sras., Wanderléa de Nazaré B. Ferreira (período de 01/01 a 30/04/2003) e Maria do Socorro Correa Pontes (período de 01/05 a 31/12/2003), com a expedição dos respectivos Alvarás de Quitação. **Processo nº 1024092007-00; Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de São Geraldo do Araguaia;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Manoel Soares da Costa - Prefeito Municipal; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 722042004-00; Fundo Municipal de Educação de Santarém Novo;** Prestação de Contas – Exercício 2004; Responsável: Sei Ohaze; Instrução: Auditor Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 146072010-00; Agência Distrital de Icoaraci;** Prestação de Contas – 2010 de Gestão; Responsável: Ivy de Menezes Veiga Portella - Agente Distrital; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de Gestão da Agência Distrital de Icoaraci/PM/Belém, exercício – 2010, de responsabilidade da Sra. Ivy de Menezes Veiga Portella, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.412.804,99 (sete milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos). **Processo nº 200806516-00; Associação Berço de Belém;** Prestação de Contas – 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 003/06, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Irmã Marly Callado Fadul; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação Berço de Belém, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.424,00 (vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro reais). **Processo nº 200912073-00; Associação dos Moradores do Residencial Jardim Nova Vida;** Prestação de Contas – 2009,



Convênio nº 017/07, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Raimundo Nonato Hughes Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Moradores do Residencial Jardim Nova Vida, referente ao Convênio nº 017/2007, firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais). **Processo nº 200913288-00; Associação Comunitária do Bairro do Guamá; Prestação de Contas – 2009,** Convênio nº 019/2009, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: José Augusto Pontes Moraes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas em exame, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-44.940,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais). **Processo nº 201317164-00; Câmara Municipal de Castanhal; Nomeação – 2013 de Candidatos Aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessado: Jhonathan Diego Uchoa da Luz e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201109898-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Dom Eliseu - SAAE; Nomeação – 2011 - Candidatos Aprovados no Concurso Público nº 001/2010; Interessado: Eumar de Lima Borges e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200907460-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria nº 89/13, de 04.12.2013 Interessado: João Carlos do Nascimento das Neves; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201307071-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria - Portaria nº 034/13, de 10.05.13; Interessado: Ana Lúcia de Sena Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo



dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201317635-00; Instituto de Previdência do Município de Breves -IAP**; Pensão - Portaria nº 063/2013; Interessado: Wilson Tenório Gomes; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201205136-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV**; Pensão - Resolução nº 024/2012, de 29.11.2012.; Interessada: Lília Rocha Coutinho Fonseca e Gabriel Felipe Rocha da Fonseca; Ministério Público: Procuradora – Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217288-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV**; Pensão - Resolução nº 025/2013; Interessada: Nildete Aranha de Sousa; Ministério Público: Procuradora – Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201215097-00; Prefeitura Municipal de Terra Santa**; Lei nº 139/2012, que fixa o Subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura 2013 a 2016; Interessado: Marcílio Costa Picanço - Prefeito Municipal; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 33: **Processo nº 201217148-00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim**; Subsídio - Resolução nº 002/12, de 29.08.2012, que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessado: Paulo Elson da Silva; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Às dez horas e quinze minutos, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 154762008-00; Fundo Municipal de Saúde de Benevides**; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Edmauro Ramos de Faria; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.621, de 11.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas por Edmauro Ramos de Faria, Ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde de



Benevides, exercício de 2008, a quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$- 9.030.889,00 (nove milhões, trinta mil, oitocentos e oitenta e nove reais)". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 32: **Processo nº 201400524-00; Câmara Municipal de São Miguel do Guamá;** Resolução nº 002/2014, de 08.01.2014, Reajuste Salarial de Servidores Municipais; Interessado: Paulo Luís Rodrigues Nunes; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "pela negativa de cadastramento da Resolução nº 002/2014, de 08/01/14, da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, devendo ser apensada à respectiva prestação de contas, para análise conjunta, cabendo, ainda, notificação ao atual Presidente da Câmara Municipal, para que proceda a imediata retificação do Ato, dado o imperativo Constitucional informado, cabendo, por fim, modulação dos efeitos desta decisão, a contar da data de sua publicação". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José divergiu da Relatora e votou pelo cadastramento do Ato, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda. O Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de cadastramento da Resolução nº 002/2014, de 08/01/14, da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, com a anexação dos autos à respectiva prestação de contas para análise conjunta, cabendo, ainda, a notificação ao atual Presidente da Câmara Municipal para que proceda a imediata retificação do Ato, dado o imperativo Constitucional informado e, por fim, a modulação dos efeitos desta decisão a contar da data de sua publicação. Vencido o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Daniel Lavareda que votaram pelo cadastramento o Ato. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quinze de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão